risco de não darmos encaminhamento antes de vencer os chamamentos. Então, vamos ter que fazer uma reunião antes. Sra. Verônica - Concordo com o senhor. Só que não dá para esperarmos a próxima reunião. O meu, que é do Bresser, vence em janeiro. Todo mundo que recebeu no final do governo passado os documentos, já venceu. Sr. Fernando Chucre – Para não termos que chamar o Conselho inteiro para decidir essa questão, peço para a COHAB convocar todas as entidades que se enquadram nesse vencimento de janeiro e fazemos uma reunião diretamente com as entidades, para encaminhar solução. Se os conselheiros concordarem, damos essa solução antes do prazo definido, sem ter que convocar uma nova reunião de todos os conselheiros. É uma sugestão. Sra. Verônica - Secretário, não tenho como discordar do seu encaminhamento. Só que hoje é dia 12. Temos pouco mais de quinze dias para chegar a janeiro. Então, tem que ser na próxima semana, terça-feira, no máximo, e chamar todas as entidades. Deve ser em torno de umas dez, quinze entidades, por aí. Do primeiro, são. Sr. Fernando Chucre – Podemos fazer segunda-feira, dia 18, na parte da manhã. Cancelaram uma reunião grande e estarei com a manhã livre. Quem da COHAB irá ficar responsável por isso? Juliana e Silvia. Então, notificar, chamar, por telefone e por escrito, todas as entidades do primeiro chamamento para fazermos uma reunião para encaminhamento, por problema de prazo. Sra. Luciana - Secretário acho que seria importante chamar o Conselho todo porque estamos à disposição e seria a última reunião do ano. Estamos em um esforço coletivo de estarmos todos aqui para deliberar essas questões. E essas pautas já foram solicitadas. Houve esse esforço de tentar transformar o Minha Casa Minha Vida 1 em 1,5. Então, há uma discussão muito grande dos próprios movimentos tentando colocar, e estou, pela universidade, tentando entender como migramos da Faixa 1 para 1,5, mas é uma questão administrativa. SEHAB e COHAB já devem ter se debruçado sobre isso. É importante que o resto do Conselho esteja presente, tentando encontrar essas decisões e legitimando isso. Porque, se começamos a tratar as pautas do Conselho com as demandas individuais, acabamos perdendo a noção do todo e isso é ruim até para a continuidade da própria política. Sr. Fernando Chucre – A minha proposta foi só porque estou dividindo em duas coisas. Uma coisa é o chamamento que está vencendo, porque a medida a ser tomada, se possível legalmente, e é por isso que havia um grupo trabalhando, é a simples prorrogação desses prazos do chamamento, que resolveria o problema a princípio. A segunda questão, que a senhora está colocando, é de uma proposta que SEHAB já fez, que já está estruturada, está pronta para ser apresentada, e queremos fazer um piloto no começo do ano, que é a migração de alguns empreendimentos, que estamos com dificuldade de financiamento no Faixa 1, para o Faixa 1,5, para alguns movimentos que concordarem com isso, para tentarmos aquele modelo de aporte direto no CPF a pessoa, no financiamento. É parecido com o que estávamos propondo na PPP. Sra. Luciana - Não podemos tratar esses dois temas na próxima reunião da segunda-feira, então? Já se passou um ano desses estudos. Vai vencer. O esforço da Secretaria está na modelagem de novas formas de acesso à moradia, sendo que já havia empreendimentos que estavam sendo encaminhados, terrenos que estavam sendo viabilizados. E houve um esforço grande da Secretaria de novas formas de provisão habitacional, sendo que não conseguimos resolver o que já estava em encaminhamento. E como este Conselho já começou, no ano passado houve a posse, estamos tentando entender como estão acontecendo essas mudanças, e o que conseguimos de fato viabilizar. Sra. Verônica - Dia 18, a proposta do Secretário, chamam-se todas as entidades, que não são mais do que dez, que me lembre, do primeiro chamamento. E não vejo nada contra que o Conselho estivesse junto. Só que é uma discussão que trouxemos para o Conselho até porque não tínhamos nenhuma proposta. Eu, por exemplo, fui desenquadrada do Minha Casa Minha Vida 1 por conta do empreendimento São Francisco. E cada entidade aqui também tem um problema. Por isso que trouxemos para dentro do Conselho. Secretário, quero dizer que marca-se dia 18, a COHAB chama todo mundo e chama as pessoas do Conselho. Acho que não é proibido as pessoas do Conselho participarem. Mas temos que ter uma decisão dia 18. Sr. Fernando Chucre – É que continuo com a impressão de que são problemas específicos; cada entidade foi desenquadrada por um motivo diferente. E vai ter provavelmente um encaminhamento diferente também. Há entidades que vamos conseguir dar solução. Estou supondo, Verônica. Como disse, vamos analisar uma a uma. É quase que um atendimento individual para dar encaminhamento pela questão de prazo. O que foi colocado pela Luciana, que concordo com ela, e que já foi apresentado aqui (é que foi uma reunião em que eu não estava presente), mas foi apresentada aqui, em linhas gerais, alguma coisa sobre PPPs, sobre Locação Social, em uma reunião há uns dois meses. E aí estou à disposição. E acho que podemos marcar, se os senhores quiserem uma em janeiro para discutir política habitacional; quais as propostas que estão sendo colocadas objetivamente pela Prefeitura de São Paulo para discutir a falta de financiamento do Minha Casa Minha Vida. As coisas estão relacionadas de certa maneira, mas uma é proposta de política pública, mais ampla, uma discussão mais de diretrizes dessa administração com relação a isso; a outra é um problema muito operacional e muito específico. Então, vou tentar compor os dois encaminhamentos. Vamos fazer uma reunião dia 18, com as entidades. E, como disse a Verônica, quem quiser participar pode vir sem problema algum, no dia 18. Não vai ser obrigatória a presença no sentido de uma convocação formal. Mas quem quiser participar pode participar no dia 18. E marcamos uma em janeiro. É hoje que temos uma nossa também, dos movimentos. Hoje também fizemos uma convocação para os movimentos para fazer uma discussão um pouco sobre isso. Hoje é uma reunião informal, porque, dentro dessas soluções possíveis que estamos falando, que é avançar no financiamento do Faixa 1,5, Locação Social e PPP, algumas dessas soluções já estão acontecendo. Não é um plano mais. Elas já estão se concretizando. De alguma maneira, já foram garantidos recursos. Vou dar o exemplo de Locação Social, das 440 unidades. Já não é mais um plano. É uma coisa concreta; estamos fazendo projetos, os prédios estão desapropriados. Já existe de fato uma ação da prefeitura nesse sentido. E de 1,5, que queremos fazer um piloto agora, no começo do ano. O Marsura está lá, o Reinaldo, o Toledo, o pessoal da COHAB também, estão discutindo como avançamos nos financiamentos de 1,5, com aquele reequilíbrio do aporte do município no CPF da pessoa. Dependendo da pessoa, dependendo da renda, é preciso um aporte diferente para viabilizar o enquadramento dela no 1,5. E a PPP, de certa maneira – está aqui o pessoal do Estado, estou vendo o Llata, estou vendo o Molin – estávamos discutindo e já temos duas propostas concretas para o Estado pré-aprovadas. Mas não concretizadas, porque depende da aprovação dos respectivos conselhos. Estou falando da área do centro, da Cracolândia, que colocamos objetivamente a proposta de adesão no Lote 1, da PPP do Centro, para a produção de 440 unidades na Quadra 37-38. E a outra proposta concreta, que já fiz para a sociedade civil, especificamente, da Operação Urbana Água Branca, e já conversamos até com o pessoal do Ministério Público e com a Justiça também. Então, com uma tese de que temos de produzir para, além das 728 unidades previstas naquela operação, com recurso já depositado na conta da Operação Urbana, fazer também as outras 728 via PPP. É uma proposta que temos discutido especificamente com aquele Conselho da Operação Urbana e que está caminhando bem. Então, para não nos perdermos aqui o foco, senão vou ficar falando um monte de coisas, vamos voltar para a pauta. Faremos essa reunião dia 18, segunda-feira, e marcaríamos outra no mesmo modo que estou fazendo hoje com os movimentos para discutir política habitacional em geral. Segunda-feira se pudesse pela manhã, seria ótimo, às 10h. Com a convocação das entidades e já trazer de preferência encaminhamentos, solução para cada um dos casos. Somente do Chamamento 1, que tem a questão de prazo colocada. Podemos fazer a reunião na sala de reunião ao lado da minha sala, no 22º andar, na secretaria. Sra. Verônica - Secretário, daí o meu pedido que já está no outro, que estou pedindo para passar para 1,5, esse outro item, já entra no dia 18 também. Não é isso, Ana? Sra. Ana Maluf - Acredito que sim. Ele não faz parte do Chamamento 1? Sra. Verônica - Faz. Sra. Ana Maluf - E esse outro item seguinte, solicitação de prorrogação de prazo de 24 meses nas cartas de anuência com encargo de fazer para as entidades vencedoras do chamamento de 2015 e 2016. Sra. Carmen - Não pode juntar na reunião de segunda-feira? Sr. Fernando Chucre – Pode. A solução que for dada para o Chamamento 1 vale para o 2, para o 3, para todos os demais. Se for o caso de prorrogação de prazo. Sr. João Bosco - Havia comentado na reunião anterior da necessidade de ouvirmos o pessoal do Chamamento 1, 2 e 3. O Chamamento 1 já será contemplado agora, dia 18. Mas fica essa pendência, citada agora, dos demais chamamentos, no termos de anuência, porque há vários terrenos comprometidos; há uma dificuldade enorme. Já havia sugerido, na reunião anterior, tratarmos disso como ponto de pauta para discutir e ouvir as necessidades que essas entidades têm com referência à renovação dos termos de anuência. Sra. Fabiana - Secretário, dentro do bloco, acho que o último item ali também está dentro da mesma temática. Sra. Ana Maluf - O último bloco é, na realidade, quatro itens em um único só. É a apresentação aos conselheiros do processo de aquisição e transferência dos imóveis dos Editais nº 01, 02 e 03, de 2015, e nº 01, de 2016, para as respectivas entidades vencedoras, bem como a substituição de áreas inviáveis, proposta pela Conselheira Mariza Dutra Alves e pelo Manoel dos Santos Almeida. Sr. Fernando Chucre – Ana, estamos falando do mesmo pacote sim, que são as medidas necessárias, junto às entidades, para poder prorrogar prazo ou trocar terreno. Por isso digo que são casos específicos. Nessa reunião do dia 18, vamos ter uma diretriz com relação a encaminhamentos possíveis. Apresentamos o conjunto, apresentamos depois como uma decisão da administração de qual vai ser o procedimento nosso em cada um dos casos. Acho que até vai ajudar. Na reunião do dia 18, vai dar para vermos caso a caso e montarmos ali uma diretriz específica para cada um deles. Acho que é o que o grupo de trabalho já fez pelo que entendi, nesse último mês. Sra. Fabiana - A questão dos chamamentos passou pelo Conselho, diretamente? Porque decidir pontualmente alguns casos em uma reunião extraordinária, qual é à força de legitimidade? É outro edital, é prorrogação direta pelo secretário? Falo da coisa formal. É essa a minha preocupação, de não ser referendado, ser uma decisão em conjunto, com uma reunião específica. A preocupação é do Conselho não ter essa intervenção e depois, enfim, ocorrer alguma impugnação futura em relação a essa reunião específica. É isso que queria saber. Se não há esse problema, juridicamente, ou seja, é possível resolver sem a participação direta do Conselho? Aí, tudo bem, resolvemos o caso pontual. Sr. Fernando Chucre – Juridicamente, não pode haver questionamento, porque foi um chamamento direto de COHAB com entidades. É uma operação direta. Sra. Carmen - As áreas que foram para o chamamento foram todas aprovadas aqui, no Conselho, para depois termos o edital. Sr. Fernando Chucre – Então, independentemente da reunião do dia 18, vamos ter que validar na próxima reunião do Conselho as decisões. Sr. João Bosco - Até porque boa parte do pessoal que vai à reunião do dia 18 já é de conselheiros. Sr. Fernando Chucre – Mas o que a Fabiana disse, nesse aspecto, ela tem razão. Para darmos validade e não haver questionamento. É que há uma medida que acho que é urgente, que é o primeiro chamamento, além dos demais chamamentos. Então, vou voltar para a questão do encaminhamento. O encaminhamento proposto é fazermos a reunião do dia 18, com quem quiser estar presente, com as entidades e quem quiser dos conselheiros estar presente e tomamos as decisões. Ela terá que ser validada na próxima reunião do Conselho. A outra opção é chamar uma reunião do Conselho inteiro para discutir caso a caso dos chamamentos especialmente os de janeiro. São as duas opções de encaminhamento que temos, se entendi direito. Sra. Ana Maluf - Secretário queria lembrar a todos, e acho que a Silvia, que está aqui presente pode se lembrar, que o que houve com relação à apresentação de um dos editais junto ao Conselho, aconteceu em 2014, para o Conselho da 5º Gestão do CMH. Este é o Conselho da 6ª Gestão. Houve uma reunião onde o João Abukater pediu para que a Silvia fizesse a apresentação do que se previa acontecer em um edital desses de chamamento, explicando para a população que tivesse interessada em participar desse chamamento. Não me lembro de estar ali colocado naquela reunião – e a Silvia pode confirmar isso – área por área para o Conselho aprovar. Acho que houve uma explanação dela do corpo desse edital. Silvia. Sra. Silvia - De fato, a Ana Maria se lembrou de como foi o processo no Conselho. Foi convocada uma reunião extraordinária do Conselho, exatamente para fazermos essa exposição dos objetivos do edital, do que havia no edital. Só que a formação do edital foi feita por um grupo de trabalho do Conselho. A Verônica participou de algumas reuniões, a Marisete, a Mariza, a Ivaniza também participaram, e os critérios de seleção foram definidos nesse grupo de trabalho. Posteriormente, depois da publicação dos três editais e das homologações, todas as áreas vieram aqui, para o Conselho, para serem vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida, como ligadas cada uma aos respectivos atos dos editais e para aprovar a doação dessas áreas posteriormente às entidades, para viabilizar os empreendimentos. Foi esse o processo realizado aqui, no Conselho. Não é que foi tudo validado, aprovado pelo Conselho, mas, como essas questões que serão discutidas agora implicam em alterações, seria um fortalecimento elas serem validadas pelo Conselho. Sr. Fernando Chucre – Faremos uma reunião do Conselho no dia 18 ou fazemos um encaminhamento da solução agora, urgente, do Chamamento 1, e validamos na próxima reunião do Conselho? Sra. Verônica - Isso que a Silvia disse é verdade. Estávamos em um grupo de demanda e o pessoal chegou com a proposta de passar as áreas para as entidades, na forma como ela disse. Então, foi discutido no grupo de trabalho e depois veio ao Conselho. Agora, não sei nem o que dizer por que nós, que somos movimento, só levamos cacetada. E as pessoas têm que acompanhar mais o nosso dia a dia. Hoje estamos com as áreas, Luciana e Fabiana, que estamos pagando segurança nas áreas. Cada segurança de dia custa R$1,4 mil. À noite, custa R$1,8 mil, correndo risco de ser invadido. Queremos uma solução. Já estou há um ano com esse terreno parado, esperando a solução que vai se dar. Já aprovamos projeto aqui, dentro. E não podemos fazer o projeto porque não temos o dinheiro do Minha Casa Minha Vida 1. E está ali, na iminência. Eu proponho, Secretário, que façamos essa reunião no dia 18, com todas as entidades sim, com a COHAB. E que se tome a decisão que tem que tomar, encaminhar, e que na próxima reunião do Conselho seja aprovado aqui, validado. Porque nós, do Chamamento 1, não temos mais prazo. Já recebemos documento que era para estar com o projeto andando e estamos amarrados. Não é nossa culpa. Sr. Fernando Chucre – Quem concorda com o encaminhamento da Verônica, permaneça como está. (Pausa) Então fazemos dia 18 a reunião e validamos, atendendo ao pedido da Luciana e da Fabiana. Validamos e trazemos esse assunto de maneira mais estruturada na próxima reunião do Conselho para que fique, entre aspas, valendo como diretriz para os próximos chamamentos, para problemas similares que possamos ter. Sra. Luciana - A princípio, era para discutir hoje, Secretário, ou na reunião anterior. Sr. Fernando Chucre – Estava até perguntando aqui porque eu havia entendido que esse assunto era para hoje. Foi falha nossa, Luciana. E não falha da equipe. Falha minha e do Edson, que ficamos de validar para poder ser apresentado no Conselho e não validamos. Então, foi isso. Os senhores sabem que houve uma mudança na SEHAB, tivemos a saída de Secretário Adjunto, de vários coordenadores. Mas na próxima reunião faremos isso com tranquilidade. Sra. Luciana - Secretário, Verônica, definitivamente, estamos aqui para ver a diminuição das desigualdades territoriais e a diminuição do déficit habitacional, déficit qualitativo, quantitativo, de infraestrutura, etc. O que acho é que temos que aproveitar esse esforço coletivo do setor público, de tantos funcionários públicos e também da sociedade civil nessas reuniões em que conseguimos juntar tanta gente para poder deliberar. Se ficarmos aqui discutindo só as grandes diretrizes também, estudamos isso na universidade, que a implementação das políticas pode ser muito diferente das diretrizes da política. Então, se não discutimos a implementação no Conselho, como de fato vai ser dado o chamamento, como vamos escolher os terrenos, quais são os terrenos que vamos priorizar; na Comissão Executiva, o dinheiro do Fundo vai para que, vai para recursos para um programa de habitação para funcionários públicos, como um projeto de lei da câmara municipal, que foi aprovado com esse teor, ou vai para a priorização que formos dar ou já demos, nas diversas gestões do Conselho Municipal? Se usamos um plano de habitação só para discutir as grandes diretrizes, não adianta muita coisa. Só queria deixar registrado que nosso esforço é justamente para usar este espaço para deliberarmos e construímos a solução de fato e não só para discutir as grandes diretrizes, se é melhor fazer habitação pelo mercado, pelo Estado. Isso, já superamos. Já estamos em outro momento da discussão da política. Então, tem que discutir implementação da política e o espaço do Conselho deve ser para isso. Sra. Ana Maluf - Depois de englobados esses quatro pontos, foi o primeiro, o terceiro, o quarto e o último, temos o segundo assunto apontado na relação de pendências de pauta que é o Programa de Locação Social, a ser apresentado aos conselheiros em uma data a ser fixada pela administração. Sr. Fernando Chucre – Podemos marcar essa data já na primeira reunião do Conselho do ano que vem, se os senhores concordarem, e fazemos a apresentação já detalhada do Programa de Locação Social. Por mim, não há problema algum. Marcamos para a primeira reunião? (Pausa) Já fica, então, como um dos assuntos da pauta da primeira reunião de 2018 a apresentação por SEHAB e COHAB do Programa de Locação Social. E há um trabalho bacana que foi feito também. Temos feito várias reuniões para discutir essa questão do Locação, em casos específicos, e uma coisa que foi feita por essa gestão, que foi um trabalho feito pela equipe de ATPP, estou vendo a Cris aqui, o Guilherme, a garotada da ATPP, Mariana, que fizeram um trabalho muito interessante. É a primeira vez que temos um mapa detalhado de quanto custa o Programa de Locação Social da Prefeitura de São Paulo, do que foi feito ao longo dos últimos anos, investimentos das mais diversas ordens e também o custo para o município, mês a mês, do programa. Isso valeria a pena depois virar um boletim técnico, um documento que pudesse ser publicado, disponibilizado para todo mundo, que é uma coisa interessante. Tive a oportunidade de dizer aos senhores, quando entrei aqui, uma pergunta que sempre fazíamos: quanto custa o Programa de Locação Social do Município de São Paulo por cada família? Isso é uma informação interessante que teremos oportunidade de demonstrar aos senhores o que deu certo e o que deu errado no Programa de Locação do município até a presente data. É uma boa referência para tentarmos cometer menos erros nos próximos empreendimentos. Vamos ver se dará certo. Podemos apresentar rapidamente aos senhores o diagnóstico na próxima reunião. Acho interessante. Sra. Ana Maluf - O outro assunto, Secretário, foi uma solicitação feita pela Conselheira Fabiana para que fosse apresentado aos conselheiros o estágio atual dos programas habitacionais, as obras, a regularização fundiária, em números e o que será previsto para 2018. Já foi dada uma informação à conselheira de que esse material, essa solicitação, foi encaminhada para DEPLAN, a Cristina Dutra está trabalhando sobre isso e a data prevista para a apresentação desse material é também na primeira reunião do Conselho em 2018. Sr. Fernando Chucre – Podemos fazer isso na mesma reunião, fazemos as duas apresentações. Não há problema algum para nós. Então, também inserção na pauta da primeira reunião de 2018 desse item. Sr. João Bosco - Gostaria de reiterar meu comentário com referência a ouvirmos o pessoal do chamamento que estão com problemas em seus terrenos. Seria interessante ouvir. Há vários comprometidos, que não dá para construir, têm problemas de ocupação, de reintegração. Então, para reavaliarmos essa situação. Sr. Fernando Chucre – Todos os empreendimentos selecionados esse ano, que foi por volta de oito mil, estou arredondando o número, selecionados pelo Minha Casa Minha Vida-FAR, vinculado à PAC, todos os que estavam ocupados, conseguimos, com o Grupo de Mediação de Conflitos, a desocupação voluntária desses terrenos, tanto que todos assinamos agora o contrato de mais 1.900. Achamos um caminho, que é esse Grupo de Mediação de Conflitos, que está funcionando bem. E o acordo que tenho com os senhores, com relação a isso, é o mesmo que temos com relação a pagamento dos terrenos. Selecionou, a prefeitura paga imediatamente, e entra com o Grupo de Mediação, caso seja necessário, para viabilizar a contratação dentro do prazo. Foi um caso que tivemos esse ano, que considero de sucesso, porque tivemos êxito no sentido de viabilizar a assinatura dos contratos dos empreendimentos enquadrados. Sr. João Bosco - Muito bom. Mas continuo achando que precisamos ouvir as pessoas. Conheço alguns casos que estão dando dor de cabeça para as pessoas. Sra. Carmen - Secretário permita-me, por gentileza, gostaria de ressaltar aqui, neste Conselho, sobre os lotes do Forte do Rio Branco, que falta a complementação do pagamento, e já está aprovado pelo FUNDURB, e também aprovado aqui, neste Conselho. Forte do Rio Branco, lotes 1, 2 e 3. Sr. Fernando Chucre – Já está liberado o recurso. É para o começo de 2018. Já está no nosso plano de investimentos do FUNDURB, para o começo de 2018. Sra. Laisa - Só gostaria de fazer uma complementação, se possível, nesse ponto de pauta, para a próxima reunião, pertinente à apresentação dos programas habitacionais em curso, que houvesse uma apresentação detalhada dessas duas propostas de projetos dentro da PPP, que o senhor comentou, que está pré-aprovada, junto ao Governo do Estado. Sr. Fernando Chucre – Deixe-me ser mais claro. Consultamos o Governo do Estado se, caso houvesse a anuência dos respectivos conselhos, eles poderiam ser inseridos. Então, o Estado respondeu positivamente, acenou que, se houver aprovação, eles receberiam isso, e já estávamos discutindo com os conselhos a forma de enquadramento daquelas famílias na política do município, sobre o ponto de vista de prestação, para que não houvesse ônus excessivo no valor da prestação daquelas unidades dessas famílias. Há sim uma operação. Podemos apresentar isso, sem problema algum. Hoje é um pouco a pauta da reunião que vamos ter com os movimentos, em uma prévia, porque está havendo questionamento. Não é uma maneira de enfraquecer o Conselho. É que temos demandas individuais que são constantes. Há pessoas que perguntam por que estamos fazendo, como estamos fazendo. E já tivemos oportunidade de apresentar em vários seminários que foram promovidos pelos movimentos, em audiências públicas e nos próprios conselhos específicos e aí solicitamos essa reunião para dar uma nivelada nessa informação e em fevereiro trazemos isso. Não há problema algum. Podemos apresentar para os senhores nessa reunião do Conselho. Podemos não. Devemos e vamos apresentar. Sra. Carmen - Há ainda a proposta das entidades e muita discussão. É muito amplo. Nós, entidades, quando aderimos e fomos contemplados no edital, toda a despesa de assessoria técnica, de laudos, é da entidade. Se migrarmos para 1,5, com a proposta que está aí, como vai ficar isso? Há também uma rescisão de contrato das construtoras. Firmamos contrato. A rescisão é muito alta. Então, tem que haver uma complexidade muito maior nessa discussão. Sra. Uranide - Primeiro, gostaria de colocar que eu era suplente de um companheiro nosso que faleceu há mais de quinze dias, Seu Nestor, e estou hoje pela primeira vez assumindo como titular. Foi um companheiro que lutou muito, tem uma história fundamental na moradia, na Zona Sul, e a sociedade civil, toda a nossa luta, tivemos uma perda muito grande com o falecimento do Seu Nestor. Gostaria de registrar isso aqui e também dar uma sugestão de pauta, porque sei que, se o Seu Nestor estivesse aqui, ele daria. É para a primeira reunião de janeiro, Secretário, o senhor também tentar fazer um levantamento de áreas, porque para todas as entidades de chamamento, chamamento 2015, que seja, o tempo acaba sendo curto, de qualquer forma, porque há alguma situações que o processo pode engolir. Há processos que a área foi paga, mas existe um processo que está tramitando em Brasília e quando isso vai se resolver? Estamos em uma situação muito delicada, acho que para todo mundo, independentemente de o prazo vencer em março ou em janeiro. Mas há outras áreas, todo mundo sabe: a área foi paga, está paga, e existe um processo que pode expirar essa carta de anuência. Então, minha sugestão para a próxima reunião de janeiro é que trouxesse um pouco dessas informações para essas áreas que estão nessa situação, por favor. Sr. Fernando Chucre – Registrado, COHAB. Para termos um mapa geral não só do primeiro chamamento, mas o que há de pendência. Isso é tranquilo de fazer. Estão me dizendo que esse material já está meio organizado, só está dependendo de apresentarem para o secretario e para o presidente da COHAB e já têm condições de trazer para a próxima reunião. Sra. Ana Maluf - O próximo ponto de pauta foi à solicitação das Conselheiras Antônia Lindinalva do Nascimento e Eliete Calisto da Cruz para que fosse criado um grupo de trabalho para acompanhar o conflito do imóvel da Rua São João, nº 588, e recomendar sua desapropriação e a inclusão do mesmo no Plano de Investimentos do FUNDURB. Sr. Fernando Chucre – Isso já está solucionado. Já tive a oportunidade de conversar com algumas lideranças. Elas nos procuraram, fizeram uma reunião recentemente conosco. Já colocamos no Plano de Investimentos. Era uma decisão já da secretaria. Os movimentos também vieram nos procurar. Então, isso está resolvido, está em nosso Plano de Investimentos de 2017 ainda. Está aguardando a publicação do DIS, com as alterações. Dá para fazer até o dia 19? Porque é importante fazer até o dia 19. Sra. Silvia - Acabou de chegar a publicação no Diário Oficial da retificação do número da planta DIS, que era isso que tinha que corrigir e já foi corrigido. Já está publicado. Sra. Juliana -Após a publicação do DIS, temos que fazer o processo para entrar com ação. Só pagamos depois que entra com ação. Podemos até entrar com ação, providenciar. Para este ano, achamos que não vai dar para pagar, porque temos que correr. Estamos entrando com as ações, da Cracolândia, algumas; são quarenta processos. Mas o recurso do FUNDURB está reservado, 2017. Sra. Antônia - Na verdade, apesar de toda essa movimentação e de sete anos de batalha para conquistar esse prédio para as famílias, no prédio já havia sido decretado DIS, no ano passado, e em outros anos também, mas houve um erro em uma numeração e o DIS não ficou válido. Agora, está resolvido isso. Também já havíamos conversado, no ano passado também, para desapropriar, porém, houve uma conversa, uma negociação para comprar, mas houve uma discordância do proprietário, que também conversamos sobre isso na época. Nessa gestão, então, continuamos com a negociação, e a gestão entendeu, tinha por obrigação, já fazer cumprir aquilo que estava determinado, que é desapropriar a ocupação e garantir a moradia para aquelas famílias também. Fiquei triste agora porque achei que ia dar para ser ainda este ano, porque estamos com reintegração de posse. É a oitava. Então, vamos ter que esperar para o ano que vem e vai ter que se criar o grupo, então, para o conflito da São João. Porque estava precisando dessa confirmação hoje para poder ir ao fórum e tentar barrar a reintegração e resolver as coisas como deveriam ser resolvidas e devem ser resolvidas. Com essa informação agora, que não dá para ser este ano, o conflito vai continuar. Sr. Fernando Chucre – Deixe-me fazer uma pergunta. Não temos uma reunião marcada com o grupo, para tratar desse assunto? Sra. Antônia - Amanhã. Sr. Fernando Chucre – Porque tomamos a decisão de reservar, inclusive, recursos neste ano; o recurso está para este ano já disponível. Remanejamos e deixamos para este ano, porque havíamos recebido a informação do risco iminente de reintegração daquele imóvel. Pelo período que está chegando agora, temos que fazer essa avaliação mais claramente, estamos no dia 12 de dezembro, acho que não há mais o risco. O Judiciário entra agora em recesso, dia 19. Acho que temos condições de fazer isso no começo do ano. Agora, tem que monitorar. É o que a senhora disse, podemos colocar o grupo monitorando, como já faz, no seu caso e nos outros casos que são mais urgentes. Costumamos monitorar isso diariamente. Estou avaliando essa última informação que eu tive, que não corremos risco este ano. Estão me passando a posição aqui que corre só no ano que vem, com a volta do recesso. Deixamos o nosso material pronto e se entra com a ação. Sra. Juliana - O próprio DIS que saiu agora com o número da planta correto já caracteriza que já está valendo. Sr. Fernando Chucre – Esse artifício, vamos dizer assim, já foi tomado outras vezes por outras administrações no sentido de postergar a reintegração. E, como está em segunda instância, pode ser que o juiz simplesmente marque a reintegração e marque data para a reintegração. É um risco que corremos especificamente nesse caso. Não é o caso, não serve para todos, mas no caso deles, tínhamos levantado esse risco de, de fato, haver uma decisão e depois termos dificuldade para reverter. E aqui não está sendo feito como uma maneira de evitar a reintegração. É uma decisão da gestão de fazer a aquisição do imóvel com dinheiro reservado para isso. Sra. Antônia - É isso mesmo. No mais, agradeço toda a compreensão dos conselheiros, dos movimentos que estiveram conosco nessa batalha. Quero agradecer ao Secretário, que estava sempre nos recebendo, para tratar desse conflito. Confirmo aqui isso. E quero dizer que estamos felizes. Vieram aqui algumas famílias da ocupação para agradecer toda essa movimentação da secretaria de fazer valer o direito delas. E agradecer a todos a compreensão. Estamos juntos, vamos tentar solucionar os casos pendentes. A questão da companheira aqui é grave. Temos que nos reunir sim para resolver. A anuência também, que foi pedido, que vamos ter oportunidade de resolver agora as demandas das associações, que podem vencer. Então, a secretaria, esse secretário que está conosco agora, sempre senta para tentar solucionar os problemas, principalmente, das associações, de tudo que foi

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br terça-feira, 27 de março de 2018 às 02:55:45.